



A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA INDÍGENA

Macário Peres de Souza ¹

Maria Francisca Nunes de Souza ²

Josenildo dos Santos de Souza³

Sebastião Melo Campos⁴

RESUMO: O artigo mostra os resultados da pesquisa, A gestão democrática na escola indígena, Porto Cruzeiroinho, comunidade de Bom Caminho, em Benjamin Constant/AM. A investigação objetivou analisar o papel da gestão democrática. Utilizou-se pesquisa ação e técnicas, a observação e entrevistas. Como resultados detectamos que alguns protagonistas conhecem o conceito de gestão democrática e outros não. A verificação de práticas de uma gestora centrada na gestão autocrática e a outra gestora que tentava propiciar no espaço escolar uma vivência de gestão democrática. Aproveitamos também para desenvolver práticas de gestão democrática na escola.

Palavras chave: Educação. Escola indígena. Gestão democrática.

ABSTRACT: The article shows the results of the research, The democratic management in the indigenous school, Porto Cruzeiroinho, Bom Caminho community, in Benjamin Constant / AM. The investigation aimed to analyze the role of democratic management. Action research and techniques, observation and interviews were used. As a result we detected that some protagonists know the concept of democratic management and others not. The verification of practices of a manager focused on autocratic management and the other manager who tried to provide a democratic management experience in school. We also take the opportunity to develop democratic management practices at school.

Keywords: Education. Indigenous school. Democratic management

¹Graduando do Curso de Pedagogia, Instituto de Natureza e Cultura, email: mfranci22@yahoo.com

²Professora do Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. Mestre. email: mfranci22@yahoo.com.br

³Professor do Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. Mestre. email: josenildo01@bol.com.br

⁴Professor do Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. Mestre. email: s-melocampos@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma atividade de pesquisa pensada e desenvolvida a partir da disciplina INP 026, a Prática Pedagógica I A V. A pesquisa destaca a gestão democrática na escola indígena. A gestão democrática na escola faz com que a comunidade escolar e comunidade local, participem no processo da educação e no trabalho coletivo de tomada de decisão. A pesquisa objetivou analisar o papel da gestão democrática na escola indígena, na escola Porto Cruzeiro, situada em Bom Caminho, zona rural no Município de Benjamin Constant/AM. Para poder obter êxito no resultado da pesquisa foi necessário alcançar os objetivos específicos da pesquisa que foram: Conceituar diferentes visões de gestão democrática. Conhecer as concepções dos protagonistas da escola sobre gestão democrática e por último desenvolver a gestão democrática na escola indígena.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública na Comunidade Indígena Bom Caminho, localizada a 1.24 km do Município Benjamin Constant/AM, com uma população da etnia Ticuna de mil e duzentos (1200) habitantes. A relevância desta pesquisa se apresenta nas discussões sobre a importância da gestão democrática na escola indígena, funcionamento da instituição com a participação da comunidade escolar e comunidade externa. No entanto, a sociedade urge uma parceria de sucesso entre família e comunidade local.

A pesquisa configura se em uma pesquisa descritiva, sendo que para a realização da pesquisa houve a necessidade de realizar uma pesquisa de campo e bibliográfica principalmente nas ideias de Souza(2015); Brasil (2013); Constituição Federal (1988); LDB (9394/96); Lück (2009); Luckesi (2007) bem como nos documentos legais que orientam a temática.

2. LEGISLAÇÕES E A ESCOLA INDÍGENA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A educação indígena por meio da luta do movimento indígena organizado saiu das suas terras em busca de melhoria de vida, resgate da terra e a partir da adoção dos direitos fundamentais ao direito a educação como estabelece a Lei da carta magna, a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal recomenda e aprova o direito aos povos indígenas ao direito a educação como direito fundamental, bem como recomenda um dos princípios de ensino escolar, o pluralismo de ideias e concepção pedagógica; define como dever do estado a proteção das manifestações das culturas indígenas. (SILVA, 2016).

A Lei magna, Constituição Federal (1988) ainda orienta sobre os direitos dos grupos étnicos a demarcação de terras que vivem os mesmos. Também prediz sobre para que seja valorizada a língua materna, elementos tradicionais, identidade e a cultura deste grupo, neste caso, os Ticuna. Art. 231 e 232, porém destacaremos o 231 que prediz:” São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarca-las, proteger e fazer respeitar [...]”.

Logo, os índios no Brasil tem o direito de se afirmar como índios, e com uma identidade indígena, do grupo étnico Ticuna. Haja vista que eles devem permanecer como eles são e não como os brancos querem. A cultura e identidade étnica devem ser construídas a partir da relação com o meio e seus pares por meio da língua, culturas e tradições. Neste sentido, Os processos de aprendizagem na escola indígena “consolidada para a possibilidade para o processo de afirmação étnica e cultural, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração”. (DONIZETE,2001).

Por outro lado, destacamos os princípios e fins baseados na visão da gestão democrática na carta magna, a Constituição Federal de 1988, art. 206, inc VI e também reconhecida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, art. 3º, inc. VIII:

Gestão democrática do ensino público. Art. O sistema de ensino definirão as norma da gestão democrática de ensino público da educação básica e conformes os seguintes princípios I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola. II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. 15. Os sistemas de ensino assegurarão as unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e de gestão financeira observadas as normas de direito financeiro público.

Além desse reconhecimento do direito dos índios de manterem sua identidade cultural, a CF de 1988, prescreve que a cultura indígena, devidamente valorizada, deve ser a base para o reconhecimento dos valores e das normas de outras culturas. A

escola indígena poderá, então, desempenhar um importante e necessário papel no processo de construção de gestão democrática para a promoção de conhecimento e a participação cidadã de forma coletiva no meio social.

Outro texto legal em destaque orientador sobre a organização e sistematização da escola indígena em territórios indígenas e o Referencia Curricular Nacional para escolas indígenas (BRASIL, 1996, p. 23) destaca, os princípios da educação indígena.

Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhe são próprios, dentre os quais:-uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diverso “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercambio a fim de adquirir – e assegurar determinadas qualidades.- Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram. -Noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidade e qualidade. -Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum as sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados – econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

De acordo com os RCNE/Indígena, (BRASIL,1996), a escola que nós queremos, grupo étnico Ticuna é a escola diferenciada, heterogênea, aquela que a gente pode vir todos os dias. E que nunca o estudante sinta vontade de ir embora. Não queremos uma escola que somente tenha mais cadeiras, quadro-negro e giz. Mas, uma escola da experiência, da convivência, da cultura em que os conhecimentos tradicionais sejam repassados de pai para filho e assim por diante. A escola indígena diferenciada é da clareza, pois falaremos em nossa língua materna, a língua Ticuna em interação a partir de elementos culturais e tradicionais da etnia Ticuna. Por exemplo, se um dia alguém trouxer um peixe que foi pescado no riacho perto da nossa casa, ele seria nosso objeto de estudo.

Ressaltamos que a escola indígena deve estar articulada as necessidades da comunidade, com grande ênfase nos conhecimentos próprios dos anciãos e cacique que costumam chamar de “sua cultura e sua tradição”, mas sem negar a importância do acesso a outros conhecimentos, inclusive vendo nessa articulação o grande propósito da existência da escola nas aldeias. Sendo assim, a escola indígena tem de ser parte “do sistema de educação de cada povo, no qual se assegura e fortalece a tradição indígena. A partir daí teremos elementos suficientes para uma relação positiva com outras sociedades”. (BRASIL, 1996, p.58).

O grande desafio da gestão democrática nesse processo da escola indígena diz respeito ao reconhecimento, valorização e respeito língua materna Ticuna e da diversidade cultural dos povos étnicos divergentes. Neste processo a escola precisa ser provocadora de situações e atividades interculturais no contexto escolar “não considerando uma cultura superior a outra, estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes , ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos desigualdade”. (BRASIL, 1996, p. 24):

O professor preferencialmente indígena deve ser um pesquisador, um acompanhante de todos os trabalhos dentro de sua comunidade, seja em momentos de alegria ou de tristeza, porque a educação formal é relevante para desenvolver trocas de experiências e práticas educativas interculturais por meio de atividades que envolvam espaços gestores de democracia na qual todos estejam envolvidos: a comunidade escolar e alunos, pais e professores colaboradores no processo de reflexão de problemas comuns e divergentes com vistas a possibilitar a construção de conhecimento na superação de problemas coletivos.

Para corroborar com a educação o Plano Nacional de Educação diz que universalizará em até 2016 o atendimento escolar para toda a população da educação e superior. (BRASIL, Lei 13.005/2019). Sendo assim, a escola indígena deve estar atenta para não sofrer nenhum processo de discriminação e exclusão escolar, em virtude da língua, da etnia e/ou grupo étnica. A escola municipal Porto Cruzairinho, por fazer parte deste processo de atendimento escolar deve ser uma instituição imperativa de espaço democrático. Sendo assim, é relevante abordamos sobre os diferentes conceitos de gestão na escola diferentes concepções.

2.1 A gestão na escola: diferentes concepções

Atualmente vivemos na sociedade de direitos e democráticos. Sendo assim também almejamos a escola como espaço democrático. Para tanto é necessário uma gestão democrática. Contudo o que é uma gestão democrática? A gestão democrática: “Se apresenta como alternativa e possibilidade de mudança no ambiente escolar na atualidade, de moda a atender essa nova finalidade da educação” (SOUZA, 2015,

p11.). Para entendermos o que é gestão democrática conceituamos primeiramente o que é democracia: Para Sacristán, (1999, p.57) democracia é um conjunto de estratégias de convivência “nacionalmente, dotando de sentido uma sociedade cujo destino é aberto, porque acima do poder soberano do povo já não há nenhum poder. São os cidadãos livres que determinam a si mesmo como indivíduos e coletivamente”.

A democracia pressupõe a participação de todos, pois assim cada membro pode colocar seu ponto de vista, suas ideias e sua contribuição para uma tomada de decisão, pode ser na escolha de uma representante ou até mesmo para ajudar a melhorar uma instituição de ensino. A gestão democrática nas escolas favorece o desenvolvimento das práticas educacionais como um ambiente tranquilo e prazeroso para proporcionar uma educação de qualidade.

Ao falarmos de democracia na escola estamos falando de direitos e deveres que todos os membros da escola possuem. Como cita os autores Romão e Padilha, (1987) Apud Luckesi (2007, p.15) : “uma escola são os gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade; a cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. Na perspectiva da gestão democrática, o diretor se apresenta como um líder da comunidade escolar (educadores, pais, estudantes e a comunidade) tanto escolar quando local, tendo a capacidade de exercer a função de representante e gestor público. (BRASIL, 2004). Ou seja, o gestor não deve apresentar-se na visão tradicional de um gestor que centraliza os trabalhos em si, e os demais agentes educacionais obedecem rigorosamente os ditames impostos pela direção da escola. “O gestor antes era visto como uma figura autoritário, que impunha regras e estratégias, visando ao funcionamento sistemático da escola. Toda essa hierarquia inflexível do diretor acabou por mostrar uma função negativista da função do gestor”[...] (SEED, BRASILIA, 2008).

Em contradição a citação supracitada sobre o perfil da gestão tradicional a gestão democrática impõe a escolha do diretor feita por intermédio de eleição direta realizada pela comunidade escolar e comunitários (BRASIL, 1996), fugindo da forma tradicional, burocrático da escolha de diretores por meio de indicações e laços políticos de amizade, prática que ocorria há tempos atrás (GRACINDO, 2007).

Resumidamente uma das principais características da gestão democrática na escola é a busca por trazer a comunidade para dentro das ações da instituição e também para contribuir para o desenvolvimento da sociedade, ainda que comece pelo entorno mais próximo. O perfil do gestor na visão da gestão democrática deve ser de orientador, incentivador e inovador na motivação de práticas que valorizem o processo democrático na escola indígena ou não.

Portanto, a possibilidade do desenvolvimento da gestão democrática na escola indígena indica espaços abertos para discussão na língua materna sobre cultura, identidade, costumes, artesanato dentre outras atividades interculturais juntamente com professores indígenas bilíngues, estudantes, pais e comunitários pensando e elaborando um projeto enaltecendo as diferenças dos grupos étnicos.

3. DESCREVENDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA INDIGENA PORTO CRUZEIRINHO NA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO

Neste espaço apresentamos a descrição de forma minuciosa, interpretativa os resultados da pesquisa desenvolvida no período de 2017 e 2018 na escola Municipal Indígena Porto Cruzeiro. A pesquisa foi realizada com a equipe gestora da escola, o gestor 1 e o um (01) coordenador pedagógico, 12 doze professores, um secretário administrativo e duas merendeiras.

O gestor juntamente com sua equipe da escola realiza um trabalho democrático, haja vista a participação e interação de todos os envolvidos no âmbito escolar, com propósito de criar um ambiente no qual toda a comunidade possa conhecer e participar dos eventos. Conforme Viera (2013, p.13) compete a gestão democrática: “[.] um ambiente propicia a participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de pais, uma vez que se entende por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e [..]”.

Por meio da atividade de observação nas atividades desenvolvidas na escola foi evidenciado projetos culturais, envolvendo as datas comemorativas como: páscoa, semana da criança, semana do professor, dia do índio, semana da pátria dentre outros. Destaco entre os projetos: o Projeto Mais Educação, Mais Cultura e esporte, que tinha

como objetivo facilitar a vida do educando e do educador. O projeto Mais Educação visava garantir a permanência dos alunos na jornada escola. De acordo com uma conversa informal com o gestor (2018) ele relatou que o mesmo conquistou resultados no ensino e aprendizagem das crianças.

A escola já disponibiliza do Projeto Político-pedagógico (PPP), porém segundo as informações colhidas numa conversa informal com o gestor o projeto precisa ser atualizado para que os líderes da escola estejam mais envolvidos com ideais comuns. Como sabemos o PPP é um do mecanismo de democratização da Gestão no contexto institucional e deve ser a parte essencial da qualidade de ensino, pois deve ter decisões, num espaço público, pois nós somos capazes de mudar democraticamente, não precisamos esperar pela decisão de uma única pessoa.

A instituição escolar possui um Conselho Escolar. Este órgão é formado por um grupo responsável pelo estabelecimento de objetivos e de finalidade do caminho que a escola seguirá futuramente. Este órgão é deliberativo (LIBÂNEO, 2010) ele desempenha uns papéis importantes em assegurar que toda a comunidade seja envolvida em todas as decisões importantes tomadas pela escola. Ainda sobre o conselho escolar percebeu-se ao interpretar as entrevistas que o gestor relatou que a APMC foi transformada em conselho escolar, por que houve um problema com o presidente do APMC que foi eleito na eleição. Ele contou com a votação de toda comunidade escolar para representar associação dos pais e mestre. O presidente eleito não se responsabilizou pela associação, não fez a averbação das documentações e a escola ficou inadimplente com os órgãos mantenedores.

De acordo com a gestora pesquisada (2017) ela se centrava sozinha a frente dos trabalhos na escola, não aceitava opinião das outras pessoas como fosse se ela fosse a mais importante para realização de alguns trabalhos. Esta gestora posicionava-se de acordo com a liderança autocrata. Já o gestor observado no ano de 2018, ele apresenta uma postura marcada pela liderança democrática, uma vez que demonstrou na observação de campo uma forma de trabalhar com a comunidade escolar interna e externa.

A partir dos resultados da pesquisa foi aplicado o projeto de intervenção com o objetivo de desenvolver a gestão democrática na escola indígena. Neste sentido, foram convidados como público alvo a participar no desenrolar do projeto: a comunidade escolar, gestor, pais, alunos, professores, serviço gerais, representantes da comunidade e comunitários. Neste trabalho desenvolvemos atividade afim da promoção da participação da comunidade escolar e alguns representantes externos. No primeiro momento apresentei-me e em seguida cantei uma música com o título, cauré, significa pássaro japiim na língua Ticuna. Convidei a todos para cantar e uma professora que é bem ativa da escola me ajudou. A música foi cantada na língua Ticuna, porque a escola indígena parte do processo de aprendizagem de duas línguas.

4.NOTA CONCLUSIVA

Ao analisar a importância do papel da gestão democrática na escola indígena, foram detectados algumas dificuldades em relação a gestão da escola, durante a observação do campo, na qual a primeira gestora (2017) observada ainda apresentava uma postura autoritária, ela não se comportava como uma líder democrática, pois centralizava os trabalhos administrativos e pedagógicos em si mesma. Isso se dava porque ela não tinha uma visão ampla de solucionar problemas que estava faltando na escola.

Ao conceituar sobre as diferentes visões de gestão, em particular a gestão democrática na escola indígena, percebemos que o novo gestor que assumiu a direção da escola municipal, Porto Cruzeiro se encaixa no perfil da gestão democrática em algumas situações, mas ainda precisa melhorar. Por outro lado o novo gestor apresentou mudanças em e algumas concepções diferentes na gestão da escola, com uma visão mais ampla de resolver problemas que estava acontecendo na escola.

Ao conhecer as concepções dos protagonistas da escola sobre gestão democrática foi um momento impar, porque percebemos que alguns professores sabem o conceito de gestão democrática, embora alguns preferissem permanecer demonstrando posturas antigas de acordo com autoritárias e individualistas, capitalistas que aprendeu do colonizador.

No processo de gestão democrática é possível, foi perceptível que todo e qualquer profissional em formação passa por um prática de projeto intervenção, momento em que teoria e prática se agrupam na busca de superação das dificuldades. Dessa forma, tanto o concretização da intervenção com a comunidade escolar facilitou a preparação, organização, planejamento para a promoção de uma gestão democrática participativa de todos, na qual todos ensinam e todos aprendem em prol do bem coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>[HYPERLINK"http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdfHYPERLINK%20%22http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf%22"](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)>. Acesso em: Dezembro de 2016.

_____. Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, Brasília, 1996.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

LUCKSI, Carlos Cipriano. Gestão Democrática da Escola, ética e sala de aula. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp-2007.

LIBANÊO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira. TOSHI, Mirza Seabra. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização, 2010.

SILVA, Antonia Rodrigues. Concepções e práticas de educação escolar indígena: Institucionalidade, Estado da arte e escolarização dos Tikuna no alto Solimões, Am. 2016. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação no Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5280>>. . Acesso em: 09/05/2019.

SOUZA, Genival Nunes. Gestão escolar, reflexões e desafios na educação Amazônia. Editora –GPCETMASEC/UEA/CNPQ, 2015.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública, 3 ed. São Paulo, Janeiro de 1997.